



Potere: La Dimensione Política della Azione Umana

Lorenzo Infantino

Soveria Mannelli: Rubbetino, 2013. (320 páginas)

ISBN: 978-88-498-3732-2

.....

A praxeologia, método desenvolvido por Ludwig von Mises (1881-1973) para estudar a ação humana individual, não se limita à consideração das escolhas no campo econômico, mas a todas as escolhas, a todas as ações deliberadas que os indivíduos tomam ao longo de suas vidas. Toda e qualquer ação visa a um *fim* e, para isso, o *homo agens* faz uso dos *meios* que julga serem convenientes, em um dado momento do tempo e em ambiente de conhecimento imperfeito, para alcançarem os *fins* a que se propõem.

Quando se trata de política e sociedade, é claro que o *fim* dos agentes é a obtenção (ou ampliação) do poder e que vários são os meios de que dispõem para atingir esse escopo. Portanto, o poder pode ser considerado como sendo a dimensão da ação humana no plano da política.

Esta excelente obra do professor Lorenzo Infantino, da Universidade Luiss (Libera Università Internazionale degli Studi Sociali) Guido Carli, de Roma, é uma verdadeira aula de praxeologia aplicada à política e às relações sociais. Em cinco capítulos, o livro aborda cientificamente e sempre fazendo uso da história evolutiva das ideias, temas muito importantes para a correta compreensão do fenômeno do poder, sob uma ótica predominantemente austríaca.

No prefácio, ele faz questão de ressaltar um ponto importante: que a escassez é comum a todos os agentes, que é exatamente esta carência que os leva a colaborar e que se essa mesma escassez não existisse, simplesmente não haveria porque existir a própria sociedade.

Por outro lado, uma vez que cada agente tenta a sua satisfação, essa cooperação também cria conflitos. O professor, então, resalta que

há uma forte ligação entre a teoria social e a teoria do poder. As ciências sociais nada mais são do que tentativas de explicar a possibilidade de cooperação voluntária e isso leva naturalmente ao problema da identificação de condições que impeçam ou restrinjam a escolha e o uso da coerção.

Assim, cada campo das ciências sociais deve tentar explicar a cooperação voluntária em ambiente de liberdade de escolha, que limita o arbítrio interno às relações intersubjetivas e reduz a coerção, pois limita os poderes conferidos ao Estado, substituindo o poder dos burocratas pelas forças econômicas do livre mercado e da competição.

Como economista austríaco, o Professor Infantino aponta que podemos definir a economia do mundo real como a ação humana ao longo do tempo em condições de incerteza.

Destaca também a importância para a Epistemologia do individualismo metodológico, “*um método que anda pari passu com a ideia de evolucionismo cultural*”. Eis uma característica da Escola Austríaca que faz-nos tratar os agentes como “*ignorantes e falíveis*” e nos ensina, como F. A. Hayek (1899-1992), que o conhecimento humano é limitado e disperso. Assim, todas as instituições humanas são, para usar a linguagem de Hayek, *ordens espontâneas*, ou seja, elementos resultantes da ação humana no tempo em condições de incerteza, como a língua, o sistema monetário e os mercados, por exemplo mas não resultantes do planejamento. Infantino resalta que o individualismo metodológico não é só uma teoria explicativa da cooperação voluntária, mas uma ferramenta para avaliar a evolução da história e da socie-

dade, destacando as recompensas políticas e pondo o rei nu, porque mostra claramente que a arrogância autoritária para salvar a humanidade e o mundo não deixa de ser um charlatanismo pseudocientífico.

Em cinco capítulos, o livro aborda com rigor acadêmico os seguintes tópicos: 1º) sociedade e poder; 2º) a remodelação do homem; 3º) as condições que tornam possíveis a escolha individual e a limitação do poder; 4º) Pareto e maquiavelismo, seus problemas e erros; e, finalmente, 5º) a cooperação voluntária e a democracia ilimitada.

A linha mestra da argumentação é a não desistência das atividades de cooperação, mas, simultaneamente, o entrar em conflito com os outros na tentativa de melhorar o resultado da cooperação e alcançar uma posição mais vantajosa na sociedade. Isso mostra que a condição de escassez leva os homens a cooperar; mas também significa que os põe em conflito. Deprendemos que a situação histórico-social torna possível a cooperação já contém a fórmula pela qual tem lugar o conflito. Devemos, portanto, sempre levar em conta os mecanismos pelos quais a cooperação é articulada.

No primeiro capítulo, sobre sociedade e poder, Infantino enfatiza que onde há sociedade, há poder. E é irrelevante se isso depende da disponibilidade de recursos materiais, da posse de conhecimentos, da capacidade de entreter uma audiência ou da habilidade manifestada em qualquer esporte disciplina. Entretanto, poder-se-ia utilizar melhor o termo “poder infrasocial” para dar maior ênfase acerca da origem e da extensão. Isso geralmente não é feito porque a linguagem corrente reserva a palavra “poder” ao superlativo de “hierarquização” gerada pela relação entre governantes. Onde há sociedade, há poder e poderíamos acrescentar que, onde há poder, há necessariamente conflito. Isso significa que a independência do Estado serve apenas à sua dependência e que o seu caráter de objetivo autônomo é apenas um meio.

As regras produzidas pela livre interação são “fracas”, sujeitas à mudança contínua do processo social. O Estado, ao contrário, age por

normas taxativas, regras rígidas de força, que conduzem explicitamente a uma relação de superioridade e de subordinação dos indivíduos. Eis como a limitação do poder público é o produto de uma profunda transformação histórica e institucional: pois originalmente a organização do Estado não está configurada para garantir a cooperação voluntária, mas para resolver o problema econômico com violência. A cooperação voluntária veio depois para dar àquela “velha forma” de organização um conteúdo diferente e, acima de tudo, muito limitado, como frisou Herbert Spencer (1820-1903).

Outra questão importante é: se não podemos nos libertar da ideologia, o que podemos fazer para não permitir que o condicionamento ideológico seja penetrante, como evitar ou pelo menos minimizar a “exploração política”? Mises escreveu que, se falta a cooperação voluntária, todas as liberdades políticas e declarações de direitos tornam-se um engano. Se, sob o pretexto da oportunidade econômica, a autoridade tiver plenos poderes para banir todo cidadão indesejado para o Ártico ou para um deserto ou submetê-lo a trabalhos forçados perpétuos, *habeas corpus* e processos perante o magistrado tornam-se uma representação vergonhosa. Conclui o Professor Lorenzo: a solução social para o problema econômico que, limitando as intervenções dos governantes, é o que defende os governados do arbítrio daqueles.

No segundo capítulo, sobre a remodelação (*riplasmazione*) do homem, Infantino observa que Platão (427-347 a.C.) precisava de um Salvador, que identificou com o filósofo, isto é, como ele próprio. Santo Agostinho (354-430), porém, já tinha um Redentor, o Deus por quem procurou durante muitos anos. Na visão platônica, o “mal” coincide com a autonomia individual. Mas a maldade pode ser erradicada: o filósofo, que “*vive com o que é divino e ordenado*”, deve tomar o Estado e o caráter dos homens como se fosse uma tela, procurando antes de tudo torná-la a mais “perfeita” possível. Assim, compreende-se porque Popper escreveu que os que exaltam a reputação de Platão como um professor

de moral e proclamam ao mundo que a sua ética, incluindo as propostas antes de Cristo, é a mais próxima à do Cristianismo, de fato pavimentam o caminho para o totalitarismo e, mais particularmente, para uma interpretação totalitária do cristianismo.

No terceiro capítulo, sobre as condições que tornam possíveis as livres escolhas individuais e a limitação do poder, Infantino concorda com Hayek, afirmando e sustentando com argumentos que apenas o sistema de competição é capaz de minimizar o poder do homem sobre o homem. Enfatiza que a competição precisa de duas condições essenciais: a ação de indivíduos sem qualquer fonte privilegiada de conhecimento; e a posse dos próprios recursos materiais por cada ator, ou seja, a realização de projetos individuais deve contar com as garantias decorrentes da institucionalização da propriedade privada.

O quarto capítulo é bastante instigante. Nele, o autor discute Vilfredo Pareto (1848-1923) a partir de diversos pontos de vista: o utilitarista, o político, o dos ciclos sociais, o do psicologismo e seus resíduos, o da supressão das preferências individuais, o da especulação (em contraposição a aventura) e o da “plutocracia demagógica” decorrente da combinação entre economia e política. E concorda com Norberto Bobbio (1909-2004), que viu em Pareto “*mais um seguidor de*” Nicolau Maquiavel (1469-1527) “*do que um contemporâneo*” de Émile Durkheim (1858-1917).

Por fim, no quinto capítulo, em que trata da questão da cooperação voluntária e da democracia limitada, o autor contrapõe o *homo economicus* ao escambo do mundo real, concluindo que as trocas são a resposta mais

civilizada à “tragédia humana” da escassez, ao mesmo tempo em que critica a “maximização” de resultados a que o *homo economicus* está sujeito nos livros de economia. Ao discutir o Poder e “segurança social”, mostra que em uma sociedade baseada nas escolhas individuais, a competição não permite que ninguém detenha a posição de único fornecedor ou único demandante. Quando alguém tenta reduzir os graus de liberdade ou violar as regras das trocas, há sempre a possibilidade de recorrer à cooperação dos outros.

A interferência do poder público, portanto, altera configuração de poder social, tornando-a diferente daquela que seria determinada pela alocação de recursos competitivos. Os graus de liberdade não são conquistados por eficiência, mas pela proximidade aos governantes, por “merecimento” de “favores”. A distribuição social do poder torna-se uma consequência de decisões políticas no sentido estrito, e, como são tomadas com os recursos dos outros, põe os governantes e o “sistema” em posição para fazerem o “pior”. Daí porque, diante da triste história do mercantilismo, a economia política nasceu como um estudo dos fracassos do Estado intervencionista, e é a razão pela qual não se pode conferir ao poder público uma função de complemento ao setor privado.

O autor critica ainda o monopólio de emissão de moeda pelo Estado, uma imposição fiscal, ou seja, um imposto, e a democracia ilimitada, geradora de maior tributação, inflacionismo e dívida pública, os defeitos da chamada “democracia em déficit”. O Estado de Direito não deve ser confundido com soberania parlamentar. ∞

Ubiratan Jorge Iorio

Professor Associado da Faculdade de Ciências Econômicas da
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Presidente Executivo e CEO do Centro Interdisciplinar de Ética e Economia Personalista (CIEEP)

Diretor Acadêmico do Instituto Ludwig von Mises Brasil (IMB)

Editor Responsável de *MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia*.

Graduado em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Doutorado em Economia pela Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (EPGE/FGV-RJ)

ubiratan@mises.org.br